

Sumário

Präsentation	VII
1 Introdução	1
2 Controle Jurisdicional de Políticas Públicas: a Interface entre Direito e Política	5
2.1 Judicialização da Política enquanto fenômeno próprio da jurisdição no Estado Democrático de Direito.....	6
2.2 O Supremo Tribunal Federal e sua tarefa constitucional: a atuação do Poder Judiciário no controle e na concretização de políticas públicas	28
3 O “Dever de Proteção Estatal” (Schutzpflicht) como Fundamento para o Controle Jurisdicional de Políticas Públicas	49
3.1 O “dever de proteção estatal” (Schutzpflicht) como decorrência da dimensão objetiva dos direitos fundamentais	50
3.2 O “dever de proteção estatal” (Schutzpflicht) em face dos direitos fundamentais sociais	75
3.3 Untermaßverbot e Übermaßverbot: “proibição de proteção insuficiente” e “proibição de excesso” como critérios de controle do dever de proteção estatal	92
4 O Controle Jurisdicional de Políticas e a “Proibição de Proteção Insuficiente” (Untermaßverbot) na Perspectiva do Supremo Tribunal Federal Brasileiro e da Corte Interamericana de Direitos Humanos	101

4.1 Supremo Tribunal Federal: dignidade humana em vez de “proibição de proteção insuficiente” como fundamento e como parâmetro para o controle jurisdicional de políticas públicas	102
4.2 A Corte Interamericana de Direitos Humanos como indutora de políticas públicas e como estabelecadora de parâmetros para o controle jurisdicional da “proibição de proteção insuficiente” (Untermaßverbot)	115
4 Conclusão	129
Referências	133